

**COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**  
**MINUTA DE MEMÓRIA DE REUNIÃO**  
**RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NA REGIÃO DA**  
**“FLORESTA” – PARANAGUÁ E MORRETES**

---

**Data:** 24.10.2014 – 11h30min às 13h00min

**Participantes:**

Dra. Priscila da Mata Cavalcante – Ministério Público de Paranaguá – Coordenação da Bacia Litorânea

Ten.-Cel. Edemilson de Barros – Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

Dr. José Antonio Zem – Presidente da Minerais do Paraná (MINEROPAR)

Major Edson Oliveira Ávila – 8ª Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil (8ª CORPDEC)

Cap. Ícaro Gabriel Greinert - 8ª CORPDEC

Sr. Valdomiro Persch – Presidente da Associação dos Moradores e Proprietários da Floresta

Sr. José Leonardo Mendes – Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Morretes

Geólogo Marcos Vitor Fabro Dias – MINEROPAR

Geólogo Rogério da Silva Felipe – MINEROPAR

Moradores da Região da Floresta.

OBS.: NÃO HOUE REPRESENTAÇÃO DO PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

**Local da Reunião:** CABANHA NSA, na localidade de Floresta

1. Abrindo os trabalhos o Senhor Valdomiro Persch agradeceu a presença de todos, enaltecendo a importância da reunião para que se busque uma solução para a situação da localidade afetada pelo desastres de 11/03/11.

2. **Ten.-Cel. Barros:** Iniciou sua fala relatando o evento que ocorreu em março de 2011, frisando que a área da Floresta é uma região de desastre sob o ponto de vista da Defesa Civil. A seguir explicou que, em 2011, após o desastre, o Ministério Público, tendo por base o Parecer Geológico Geotécnico elaborado pela MINEROPAR aos 09/05/2011 emitiu a Recomendação Conjunta 02/2011, de 02 de junho de 2011, a qual entre outras medidas recomendava aos municípios de Paranaguá e Morretes que se abstenham da prática de qualquer ato de reconstrução edificação ou melhorias na localidade de Floresta e que adotassem medidas para que num prazo máximo de cinco meses ocorresse a total desocupação humana da localidade. Abordou que foram feitas tratativas junto ao INCRA no sentido de se encontrar uma possível área para relocação das famílias, inclusive com interveniência do Ministério Público, porém tal processo não evoluiu em função da inexistência de área que atendesse as demandas e necessidades. Que após o desastre de 11/03/2011 a comunidade acabou se reestruturando por conta própria, recuperando a capacidade de produção de olericultura, entretanto sem o devido suporte legal e técnico, desta forma ficando mais vulnerável aos eventos meteorológicos principalmente em função do rebaixamento do acesso principal da comunidade dos danos causados na ponte secundária do Rio Jacareí, onde foi construída uma passagem molhada extremamente frágil, explanou ainda a necessidade de que se estabelecer um modelo de sistema de alerta alarme e abandono para a comunidade. Salientou que a partir de março de 2011, a estrutura da Defesa Civil estadual evoluiu significativamente, principalmente na questão de monitoramento meteorológico, a qual conta com o suporte do Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR), que possui dois radares e várias estações hidrológicas e meteorológicas (inclusive uma delas na região da Floresta), possibilitando assim a emissão de alertas mais seguros e precoces. Por fim abordou a necessidade de se encontrar uma solução em conjunto para que os moradores possam habitar a aquele local em um modelo que permita a convivência com o risco.

**3. Dr. José Antonio Zem:** Reafirmou a condição de que a região da Floresta se caracteriza como uma área de risco.

**4. Sr. Valdomiro Persch:** Elencou uma série medidas que a comunidade julga de importância para o restabelecimento da normalidade no local: **a.** Concessão de liberação para que a ECOVIA desinterdite a passagem de água no Rio Piraquara, sob a BR 277. **b.** Elevação do acesso à comunidade no leito da estrada em um trecho de 200m. **c.** Que MINEROPAR aponte os riscos eminentes. **d.** Construção de ponte elevada no trecho do rio Jacareí. **d.** Desobstrução e dragagem do Rio Jacareí, onde sugeriu que seja autorizado que a Associação de Moradores procure uma empresa Mineradora para a retirada de areia acumulada no leito do rio, com retorno dos lucros fiscalizados pelo MP para aplicação na própria comunidade, na escola rural e posto de saúde pública.

**5. Geólogo Marcos Vitor Fabro Dias:** Explicou o conceito de risco aos presentes, informando que as “terras altas” são suscetíveis a deslizamentos e corridas de massa e as “terras de baixo” são suscetíveis a assoreamentos e inundações.

**6. Sr. Nagib (morador):** Questionou sobre o porquê de apenas a área da comunidade da Floresta está sofrendo os efeitos da Recomendação Conjunta 02, sendo que várias outras regiões do litoral apresentam risco semelhante.

**7. Cap. Gabriel:** Explicou como está funcionando o sistema de alertas e alarmes na região do litoral. Abordou sobre o planejamento para a realização de exercícios simulados de abandono das comunidades, bem como alertou que, em eventos meteorológicos de média intensidade, a comunidade fica isolada sem a possibilidade do acesso das equipes de resgate, em função do rebaixamento do acesso principal à comunidade.

**8. Geólogo Rogério Felipe:** Reforçou a necessidade de se encontrar um modelo que permita a possibilidade de convivência com o risco.

**9. Priscila da Mata Cavalcante:** Agradeceu a recepção e, iniciou, abordando os encaminhamentos que foram realizados desde março de 2011 pelo MP. Explicou que as decisões que serão tomadas deverão ser construídas de forma conjunta, tendo por base avaliações da MINEROPAR, Defesa Civil, IAP, Instituto das Águas do Paraná, municípios de Morretes e Paranaguá e MP. Analisou o aumento e a recorrência dos desastres naturais e sua preocupação com a questão. Solicitou para que o Senhor Valdomiro encaminhe as demandas de forma oficial bem como todos os documentos que por ventura a Associação de Moradores tenha produzido acerca do tema em questão. Informou que considerará todas as demandas apresentadas para a construção de uma solução unificada. Abordou um possível estudo das bacias do litoral que deverá ser conduzido pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA). Por fim disse estar aberta à comunidade na procura da solução dos problemas.

**10.** O secretário de turismo de Morretes Sr. **Leonardo** protocolou um Ofício do Prefeito Elder Teófilo dos Santos que trata do tema em questão, abordando a busca de uma solução conjunta mediante a adoção de medidas mitigatórias na comunidade de Floresta.

Às 13h00 min foi encerrada a presente reunião.

Elaborado por TC Barros – [barros@pm.pr.gov.br](mailto:barros@pm.pr.gov.br) (41) 8490-2682/(41) 9626-4493